

Conclusão

E assim chegamos ao fim de nossa viagem pelo ciberespaço e suas vias labirínticas de silício, sua arquitetura híbrida de números, palavras e imagens e seus habitantes ciborgues. A afirmação acima poderia ser a conclusão de mais uma história de ficção científica com seus cenários futuros e distantes, mas, se caminhamos juntos até aqui, sabemos que não o é. Porque a trajetória desse texto guiou-se, todo o tempo, pela intenção de dar contorno consistente às experiências que parecem mesmo, em muitos aspectos, estarem localizadas em algum lugar entre ciência, ficção e realidade. Tal trabalho, pretendeu, assim, mapear e iluminar tendências e possibilidades para um presente em constante mutação e um futuro sempre mais próximo, mais veloz, mais imprevisível. Sabemos, pela experiência que estamos a observar no papel de pesquisadores mergulhados no acontecimento presente, que nossa reflexão precisou transitar nesse terreno movediço do “novo” e, com isso, aceitar seus limites. A sensação é a de que o futuro chegou — aquele dos filmes e livros, da imaginação — trazendo consigo a marca inequívoca da novidade radical e uma sensação constante de iminência do fim, do recomeço, da revolução. Medo e esperança num mesmo caldeirão.

A internet e sua arquitetura em rede, aberta, fluida, infinita como o próprio espaço — ideia de difícil concepção para o homem acostumado a dar contorno e forma às coisas que, durante muito tempo, só a ele coube nomear — parece ter chegado mesmo para mudar quase tudo. E, ainda mais revolucionária, colocou as crianças e jovens numa espécie de comando. Admirável mundo novo esse que se oferece no horizonte.

Um mundo onde somos todos, em potencial, produtores de cultura e conteúdo que podem ser publicizados em uma plataforma global e planetária, transformando a *indústria cultural* em *cultura mundo*, como postula Lipovetsky e Serroy, e onde a convergência entre os papéis de consumidor e produtor, salientada por Jenkins, intensifica nossa existência ciborgue, ou seja, nosso hibridismo com as máquinas e suportes tecnológicos — a extensão final, como diria McLuhan ou a concretização do *mito do ciborgue* de Haraway.

O hipertexto, linguagem da *cultura da interface*, propõe mudanças tanto no estatuto do texto quanto no da imagem, agora, transformados, pelos processos de digitalização, em códigos binários que trazem a matemática como novo meio para a expressão estética do sensível, conciliando, como diz Barbero e Lévy, as dimensões da emoção e da razão humana em novas possibilidades narrativas. O hipertexto, como narrativa da *vivência e do choc*, que Benjamin já destacava na chegada das grandes metrópoles e suas multidões, agora, se faz presente na experiência *dos saltos de link em link*, que Johnson identifica como experiência virtual marcante, nas nossas novas metrópoles de silício e bytes, onde o *habitar é atópico*, como nos ensinou DiFelice. Uma narrativa que pode ser um caminho para a reconstrução de um tecido cultural mais inteiriço, em que coisas e homens falam em pé de igualdade e em que a figura dos *híbridos de humanos e não humanos*, de Latour, aponta para uma reconciliação entre estes, na construção do saber, agora, em rede. Nesse sentido, o hipertexto pode ser considerado como uma espécie de *Parlamento das coisas*.

Nessa nova ecologia, que apresenta deslocamentos importantes em relação à estrutura fundada pelas mídias de massa, o que emerge, como possibilidade subjetiva, não seria mais a adoração à *imagem-fetice*, proposta por Kehl e Bucci, que desumaniza e empobrece, mas uma espécie de atualização do *eu-imagem*, proposto por Alegria, em um outro tipo de hibridismo — o *eu-imagem/texto* — em que o poder da imagem vazia da massificação do consumo encontra seus limites de sedução no reencontro com a palavra, com o número e, principalmente, com o *outro* — figura fundamental da lógica colaborativa da rede. O *eu-imagem/texto* seria, assim, um tipo de *mito ciborgue* que se faz visível no espaço público não mais imbuído das regras da *Sociedade do Espetáculo*, mas de uma *visibilidade* que é a própria condição de existência no ciberespaço, em que o mostrar-se é o próprio constituir-se enquanto sujeito com uma identidade, como nos fala Bruno.

Uma nova esfera pública midiática, como propõe Sampaio e Maia, que se organiza com menos controle estatal ou do mercado de consumo, que até podem tentar controlar os meios e plataformas — o acesso — mas ainda não as mensagens e produções de cada um. Uma esfera pública, na qual quem mais domina as ferramentas de produção e participação são os mais jovens. Sendo assim, uma esfera pública em que esses, as periferias e outros discursos sociais

comumente invisibilizados pelos poderes até então dominantes têm conquistado e ampliado, cada vez mais, seu campo de ação e, conseqüentemente, sua legitimação de existência enquanto sujeitos que tecem a cultura do mundo, junto aos adultos ou aos “poderosos”, dentro das perspectivas de participação defendidas por Castro e Arendt. Uma *ação* que, como nos mostra o exemplo de Rene, está mais próxima das possibilidade de conciliação entre consumo e cidadania, como nos diz Canclini.

No entanto, essa primazia do *saber-fazer midiático* dos mais jovens, que opera uma inversão do lugar do poder ligado a expertize recoloca, como o foi na situação de pesquisa do mestrado, muitas questões importantes e urgentes no que diz respeito às relações entre adultos e jovens e o papel que cada um exerce na vida em comunidade. Se, por um lado, legitimar a ação dos mais jovens na esfera pública midiática é algo desejável, não nos parece muito positivo, no entanto, que isso tenha que ser feito às custas de uma disputa com os adultos em que precise haver vencedores e perdedores. É preciso reencontrar um equilíbrio nesse diálogo para evitar distorções que desrespeitem as peculiaridades de cada um, bem como aquilo com que cada grupo pode contribuir, *colaborativamente*, para a construção de um mundo que deve continuar sendo comum. E, para ser comum, é preciso que adultos se interessem por esse novo universo, com a curiosidade genuína de quem não sabe, e que os mais jovens reconheçam que tal expertize os coloca diante de desafios éticos, emocionais e sociais em que o diálogo com a experiência dos mais velhos é fundamental porque “saber-fazer” não significa saber tudo. É preciso, portanto, que o *saber* e o *não saber* possam ser negociados de maneiras mais cambiante entre esses dois grupos. Com a ajuda do *conceito de infância* de Benjamin e das ideias de Gamba e Jobim e Souza, podemos recolocar essa questão em termos de *crystalização* e *potência*, respectivamente, em vez de uma questão de poder. Acreditamos que esse é um caminho para manter o diálogo, ao invés da disputa, em que saem perdendo, afinal, tanto um como o outro.

Nessa nova esfera pública, como demonstram as experiências de Tavi e Rene, crianças e jovens podem começar a trabalhar bem cedo enquanto estão a se divertir ou a fazer usos cotidianos das novas mídias em seus quartos, tornando, dessa forma, as fronteiras entre diversão e trabalho mais difíceis de definir. Se, por um lado, isso aproxima o trabalho da realidade dos mais jovens, o que nos parece um movimento interessante, por outro, opera deslocamentos sobre os quais

é preciso problematizar. De fato, o sucesso instantâneo e precoce é uma característica de muitos dos ídolos dos “negócios pontocom”, como Steve Jobs, Bill Gates e Mark Zuckerberg, e as atividades online podem se configurar como o trabalho ideal para o mundo contemporâneo. Sendo assim, diante de tal cenário, é preciso formular perguntas como: existe um limite desejável para esse começo? Existem regras? É trabalho infantil? Os mais jovens estão preparados para os desafios do mundo do trabalho? São perguntas que surgem com os exemplos cada vez mais frequentes de atividades infanto-juvenis na rede que se tornam possibilidade de renda, sucesso ou trabalho: brincadeira que vira trabalho e trabalho que vira brincadeira. No entanto, como vimos com Tavi e Rene, criar uma marca bem-sucedida — a alma do negócio contemporâneo — baseado na própria identidade, traz visibilidade e poder, mas, ao mesmo tempo, gera grandes desafios e novas responsabilidades. Eles estão preparados? Nós estamos preparados para eles?

Diante de tais perspectivas, o título provocativo desta tese procura respostas e alternativas que, ao contrário de definir *quem manda aqui*, encontra caminhos mais condizentes com o que a própria arquitetura da rede nos ensina, quais sejam, os caminhos da colaboração, do diálogo e da legitimação da presença do outro. É nesse sentido que entendemos que não teríamos como trazer respostas ao final de nosso texto, mas apenas contribuir na construção da reflexão sobre o tema, iluminando suas sombras e colocando-o sob uma determinada perspectiva singular. Esperamos ter cumprido tal intenção.

Como nos disseram Lipovetsky e Serroy, a “desforra da cultura” (2011, p. 29), que nos devolve o poder de ação justamente pela possibilidade de nos tornarmos produtores, é a oportunidade que temos de reinventar nosso mundo e “civilizar a *cultura mundo*” (id, ibid). E se não há mais destinos inexoráveis para os sujeitos desorientados cronicamente ou *á deriva*, como identifica Sennett, há que se encontrar o artista *antena da raça* de McLuhan ou o *narrador* de Benjamin para que encontremos saídas criativas para nossa *ação* nesse novo-velho mundo.

Por fim, também seguindo o “espírito” da cultura da rede, devemos dizer que o que mais esperamos de tal texto é que ele contribua para o saber coletivo, que ele possa ser, afinal, sampleado, mixado, ironizado, aproveitado, criticado, elogiado... que esteja, portanto, vivo porque, sempre, inacabado.